



Governo ignora o funcionalismo federal e direções sindicais continuam a exigir que o governo “responda” às reivindicações

Não houve nada de novo na Campanha Unificada do funcionalismo federal, entre os meses de outubro e novembro. Aliás, um dos últimos informes de nosso sindicato, *“Negociação salarial: governo enrola, pede tempo e acena com migalhas a servidoras(es) do executivo federal”*, abre seu informe com essa síntese: “Nada: esse foi o resultado da 5ª rodada de negociação salarial entre o governo e o funcionalismo público do executivo federal, realizada na quinta-feira (16)”.

A conclusão, no entanto, não é parte de uma avaliação de uma verdadeira Campanha Salarial de trabalhadores. É parte de uma lamentação que se arrasta por meses, desde que o governo mostrou que não tinha nenhuma proposta salarial para 2024, e que, inclusive, não iria cumprir com algumas promessas eleitorais, como engavetar de vez a reforma administrativa (PEC 32/2020).

O fato é que a direção do ANDES-SN, assim como a maioria absoluta das direções sindicais, abriu mão de sua independência de classe, e chamou o voto na frente ampla que elegeu Lula/Alckmin. Assim, a direção de nosso sindicato, como dos demais que compõem o FONASEFE e FONACATE, à frente das Campanhas,

“aguardou” que o governo apresentasse algum índice de reajuste para 2024, como havia feito em 2023. Assim, se ele o fizesse, a direção sindical diria que houve “negociação” e, mesmo sem, e com certeza sem, os percentuais de reajuste que reivindicava, diria que houve uma “disputa”, e que foi o possível, dada a “correlação das forças”. Esta é uma história que se repete.

Na verdade, não houve e não tem havido verdadeiras Campanhas Salariais que mobilizem as categorias do funcionalismo, e imponham, por meio da luta nas ruas e da paralisação do trabalho, a necessidade de o governo negociar e apresentar suas propostas. As chamadas “jornadas de luta”, desde 2020, são apenas pequenas atividades presenciais em Brasília, com alguma atividade remota, a exemplo das lives, dos “twitaços”, das plenárias híbridas, etc.

Organizar a Campanha a partir das assembleias, que apresentam as reivindicações e que organizam os calendários de luta, que têm como horizonte a ação direta (as mobilizações de rua, as paralisações e a própria greve do funcionalismo), está bem longe da política das direções sindicais. Realmente, elas só podem se “lamentar” pelo “nada” que o governo oferece, por-

que esperam, de fato, “qualquer” coisa para chamarem de negociação e para legitimarem a farsa da “Mesa Nacional de Negociação Permanente”, criada pelo governo Lula para apenas e tão somente “enrolar” e “acenar com migalhas”.

O governo Lula, que já aprovou a nova lei de responsabilidade fiscal, o “arcabouço fiscal”, que implicará maiores e mais intensos “ajustes fiscais” para garantir o pagamento dos juros da Dívida Pública; que está em vias de aprovar a Reforma Tributária, que pesará mais sobre o consumo (sobretudo, da classe média), e não sobre a produção capitalista; e que negocia com o centrão e a direita “raivosa” pontos da contrarreforma administrativa, não pretende mudar sua política econômica para garantir a discussão do arrocho salarial, dos planos de carreira sucateados ou de ampliação geral dos serviços sociais, como apregoam as direções. Insistir na “disputa” da “agenda” do governo é mentir para o funcionalismo, é mentir para os trabalhadores assalariados, que dependem dos serviços públicos; é colaborar ativamente com o governo de frente ampla, que aparece no horizonte justamente para conter a luta de classes e a revolta do conjunto dos explorados e oprimidos do país.

Erguer uma verdadeira Campanha Unificada do funcionalismo

O ano está quase terminando, mas a luta não depende do calendário civil, e sim da disposição dos trabalhadores e de suas direções políticas. A constatação de “fracasso” em relação a esta farsesca Campanha Salarial não deve servir de justificativa para não impulsionar a mobilização do funcionalismo.

O funcionalismo federal continu-

ará trabalhando todos os próximos meses, independente da aprovação da LDO 2024 ou não, em dezembro. As condições, por exemplo, de endividamento do funcionalismo e da classe média do país, que só têm crescido ao longo de 2023, não se alteraram. O governo, assim como o parlamento, podem criar e aprovar leis comple-

mentares a qualquer momento. Se, de fato, consideramos que é preciso lutar pela recomposição das perdas salariais da última década, se é preciso lutar contra os decretos e leis que se impuseram nos últimos anos piorando as condições de trabalho, se é preciso enterrar definitivamente a contrarreforma administrativa, e se é

preciso lutar contra as últimas contrarreformas, que ampliaram a terceirização, o subemprego e que pioram a perspectiva da aposentaria, é, então, necessário erguer uma verdadeira Campanha unificada do funcionalismo contra o governo federal.

Para isso, em vez de lives, plenárias com informes lamentosos, é preciso mobilizar as categorias e todos os setores do funcionalismo, para defenderem as reivindicações exigidas e para expressarem essas reivindicações por meio dos métodos da ação direta: dias nacionais de luta com paralisação das atividades de trabalho e mobilização nas ruas. Esse primeiro passo de organização pode garantir uma negociação de fato, e não uma farsa de negociação, como as cinco primeiras reuniões da “Mesa Permanente”, ao longo do ano, demonstraram.

Obviamente, diante de tantas capitulações das direções, as bases de todos os setores podem não res-

ponder aos primeiros chamados de mobilização. Os trabalhadores só se movem diante da necessidade imediata e da confiança em relação à luta. As direções políticas, incluindo a de nosso sindicato, alimentaram a ilusão de que, com o governo Lula, tudo seria mais fácil. A ilusão não tem base material, e produz a descrença de que mobilizações parciais possam ter algum resultado. A perspectiva de que a luta pode radicalizar-se, de que a greve é um horizonte para dobrar o governo, é fundamental para que as mobilizações parciais possam ganhar o conjunto do funcionalismo e, a partir do controle das bases, garantir vitórias. Responsabilizar apenas o governo, que é burguês e atua em favor do grande capital nacional e internacional, ou os próprios trabalhadores pelos “fracassos” e derrotas, é parte de uma política conciliadora, que não enfrenta os governos e os patrões.

Aprovar as assembleias presenciais de todas as categorias do funcionalismo para erguer a Campanha Salarial de 2024!

Aprovar, nas assembleias, as reivindicações, os métodos de luta e o calendário de mobilização!

Apontar a organização da greve como instrumento para enfrentar a política econômica do governo federal, que é antipopular e pró-imperialista!

Em defesa do reajuste e do aumento salarial para o funcionalismo público!

Em defesa do emprego, dos salários e dos direitos sociais para a maioria nacional, explorada e oprimida!

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia e do imperialismo sionista na Faixa de Gaza!

Apoio incondicional aos palestinos e a sua luta!

Os trabalhadores sabemos que os conflitos militares ocorrem por interesses materiais, por disputas de regiões, de mercados econômicos, e não somente por questões “ideológicas” (“religiosas” e/ou “políticas”).

Também sabemos que os conflitos internacionais refletem as crises do capitalismo, e elas se manifestam também em nosso país. Algumas poucas nações imperialistas, como os EUA, o Japão, e alguns países da Europa impõem o seu poder econômico por meio das armas.

Assim, a Guerra na Ucrânia foi uma resposta do governo da Federação Russa contra o cerco militar que a OTAN (EUA, sobretudo) realizava sobre seu território. Após o início da Guerra, em fevereiro de 2022, todas as potências imperialistas armaram o governo da Ucrânia contra a Rússia. Despejaram todo seu armamento para destruir as forças econômicas do país que, no passa-

do, realizou a Revolução Proletária e que ainda é fundamentado na grande propriedade estatal/nacionalizada. Essa é a razão da Guerra: destruir o Estado Operário e suas forças produtivas, para garantir a expansão do capital financeiro das potências imperialistas.

Em outubro deste ano, vimos explodir o conflito na região do Oriente Médio, na luta entre o grupo Hamas, que dirige a Faixa de Gaza, onde vivem mais de 2 milhões de palestinos, e o Estado sionista de Israel. O grupo Hamas se utilizou de ações violentas sobre o território israelense como uma contra ofensiva às invasões que o Estado de Israel tem promovido sobre os territórios dos palestinos. Com a justificativa de combater o “terror” e se “defender”, o Estado de Israel, armado também pelas potências imperialistas, tem realizado um verdadeiro genocídio na região, matando homens, mulheres, idosos e crianças.

Estima-se que, até o presente momento, mais de 12.400 palestinos já morreram, mais de dez vezes mais que cidadãos israelenses.

O grupo Hamas é politicamente apoiado pelos palestinos. O fato de se utilizar de métodos violentos contra o Estado de Israel não deve obscurecer nosso apoio à sua luta, que é contra o Estado sionista, apoiada pelas armas do imperialismo, que não tem nenhuma preocupação “pacifista” em não trucidar o conjunto dos palestinos.

Devemos estar ao lado dos palestinos, povo que sofre há décadas a opressão nacional, e que é sistematicamente violentado pelas potências e por Israel.

Apoio incondicional ao povo palestino!

Pela derrota do Estado de Israel!

Pela derrota da OTAN na Guerra na Ucrânia!!